

GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação**RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: ENTRELACANDO VIVÊNCIAS NO
ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ**

Pedro Paulo Souza Rios
Ednilce da Rocha Barros

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir as relações de gênero nos processos educativos do Assentamento Nova Canaã, ao tempo em que busca perceber como essas relações se entrelaçam nas vivências cotidianas dos assentados e das assentadas do referido Assentamento. O mesmo é resultado de pesquisa realizada para o trabalho de conclusão de curso de pedagogia, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Um breve olhar sobre a realidade brasileira nos permite identificar a velocidade com que as mudanças vêm ocorrendo nos últimos tempos. Nesse período se intensificou o debate e a reflexão em torno de questões tidas e consideradas tabus pelo mundo ocidental, como: sexualidade, orientação sexual, preconceito racial e étnico, além da garantia de direitos de categorias como mulheres, crianças e adolescentes, e idosos/as. Nesse sentido, gênero é outra categoria, que nas últimas décadas saiu do anonimato, e passou a ser pensada e discutida. Nos últimos anos já podemos constatar um novo cenário no que se refere às relações sociais de gênero no mundo e conseqüentemente no Brasil. A discussão em torno da temática adentrou também à escola, uma vez que os espaços educativos são frequentados tanto pelo gênero masculino, quanto pelo feminino.

A abordagem de gênero nasce configurando-se como um paradigma novo que se mostra capaz de desnaturalizar a subordinação das mulheres na sociedade. A experiência do

movimento feminista na década de 1960 revelou uma forte rejeição a esta maneira de interpretar a realidade na perspectiva do determinismo biológico, a partir da noção de sexo ou de diferença sexual, passando a utilizar a palavra gênero, “como uma maneira de se referir à organização social da relação entre sexo”. (SCOTT, 1990, 5).

A categoria gênero nasce num contexto de construção da crítica de que os estudos sobre as mulheres estavam voltados para elas mesmas, desconsiderando o aspecto relacional entre mulheres e homens. As reflexões que surgem a partir da consciência destes limites motivaram o movimento feminista a fazer uma revisão e repensar a dominação de um sexo sobre o outro, trazendo a ideia do aspecto relacional. Foi considerando essas questões que as feministas estadunidenses passaram a utilizar o termo gênero, do inglês *gender*.

Os movimentos sociais organizados em torno da luta pela terra e articulados no Brasil, ao longo do seu processo de formação perceberam que de nada adiantaria a conquista da terra se as relações estabelecidas e construídas por sua militância não ganhassem novos conceitos e novas práticas. Dessa maneira fez-se necessário vislumbrar o cidadão e a cidadã que se desejava e isso passava necessariamente pelas instâncias de formação do movimento. Nessa perspectiva, Bogo (2000) afirma que ser Sem Terra não é meramente uma categoria social, mas é um processo de identificação com um grupo através da organização social e política, forjando e estabelecendo as suas relações sociais de gênero.

Partindo dessas constatações, é que indagamos sobre a questão da equidade de gênero dentro do Assentamento Nova Canaã – Pindobaçu – Bahia. Com a posse da terra as lutas tornaram-se muito mais amplas e os posseiros e as posseiras entendem que a organização deve ser estruturada de maneira que homens e mulheres sejam envolvidos ativamente nas diversas atividades realizadas no assentamento e no próprio Movimento.

Por meio desta pesquisa, buscamos compreender como se dava a participação dos homens e das mulheres no desenvolvimento das atividades cotidianas do Assentamento, considerando as influências dos espaços educativos no entrelaçamento dessas vivências.

2 UMA BREVE RETOMADA HISTÓRICA

É no final da década de 1960 com a luta das feministas em várias partes do mundo que a mulher enquanto categoria passa a ter visibilidade em varias frentes de lutas, inicialmente na reivindicação de creches, por melhores condições de trabalho, pela garantia do voto feminino e por uma cidadania efetiva. Nesse momento não se fala em gênero, mas em mulher, por meio da luta das feministas. Scott (1998), afirma que o gênero é uma categoria

historicamente determinada que não apenas se constrói sobre a diferença de sexos, mas, sobretudo, uma categoria que serve para dar sentido a esta diferença, sendo assim gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado.

Gênero só será considerado enquanto objeto de categoria de análise a partir de 1980. Essa década é considerada como o grande estopim para a discussão e reflexão de gênero. Nas universidades vários grupos de estudo e pesquisa começaram a sair do anonimato. As vozes antes silenciadas passam a ser ouvidas, ganhando espaço nas discussões e elaboração de novas concepções teóricas no que diz respeito ao universo feminino.

A categoria gênero vem evoluindo ao tempo em que se materializa dentro de um processo contínuo de reconstrução das suas fundamentações que tem provocado mudanças quantitativas e qualitativas na sua estrutura conceitual e metodológica. Sendo que uma dessas mudanças é a evolução do gênero enquanto categoria analítica. Para Scott (1990) não se tratava apenas de reconhecer a participação das mulheres na história, mas de recontar a própria história. Dessa forma, a concepção de gênero inaugura no debate da questão masculina e feminina a noção de relações sociais e de historicidade. Segundo Scott:

O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar 'construções sociais' – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (1990, p. 7).

Assim, o pensamento de Scott apresenta-se como alternativo às duas abordagens de gênero comumente utilizadas pelas/os historiadoras/es, sendo uma essencialmente descritiva e a outra de ordem causal. Na concepção da autora mesmo que esses estudos considerassem a participação das mulheres nos diversos momentos históricos não foram capazes de se constituírem em novas análises, uma vez que estavam pautadas em princípios e explicações universais. Identificando os limites do alcance dessas abordagens a autora propõe um terceiro caminho: gênero enquanto categoria de análise.

Considerando o enfoque de gênero enquanto categoria de análise, Scott (1998; 1990) apresenta como proposta uma abordagem que seja capaz de desconstruir a lógica dicotômica e desnaturalizar as verdades estabelecidas até então, referentes a relações sociais entre homens e mulheres na história. A autora considera que o gênero é constituído de quatro elementos e que há uma articulação entre eles: os símbolos, que são cultural e socialmente cristalizados, e que quase sempre são contraditórios; os conceitos normativos, que acabam fundamentando e dando evidência às significações simbólicas, geralmente por meio de doutrina religiosas,

educativas, científicas, políticas e jurídicas, fundamentando os sistemas binários e dicotômicos, dentre eles, a concepção feminino/masculino; as instituições e organizações sociais, dentre elas o sistema educacional, a Igreja, a família, entre outros, espaços esses que são fundados nos símbolos e conceitos normativos; e ainda, a identidade subjetiva que é a construção individual de aceitação e reprodução do que é estabelecido como verdadeiro.

Estes quatro elementos estão intrinsecamente imbricados e presentes na nossa realidade, ainda que não tenhamos consciência da sua existência. Essa divisão é meramente didática e a autora utiliza deste recurso apenas como forma de demonstrar os fundamentos da categoria gênero. Nessa direção, Sílvia Camurça (2001), nos chama a atenção para o fato de que Scott aplica gênero como categoria de análise para abordar política e poder, quase sempre tomado como questão secundária na obra da autora. A autora ressalta que

Gênero é a construção cultural que toda sociedade elabora sobre o sexo anatômico e que vai determinar, ao menos em alguma medida, e segundo a época e cultura de que se trata, o destino da pessoa, seus principais roles seu status e até sua identidade sexuada (2001, p. 29).

Sendo assim, a concepção de gênero acaba por ser contrária ao conceito de diferença sexual que é fundamentada meramente nas questões de ordem biológica, não considerando as relações de poder estabelecida entre os sexos. De acordo com o conceito de diferença sexual a consideração da mulher e do feminino precede a relação com o sexo oposto e o caminho para a libertação da mulher reside dentro dela e entre elas, desconsiderando ou secundarizando a dimensão cultural e relacional proposta na categoria gênero.

3 GÊNERO E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA

A história da educação no Brasil parece coincidir com a história da discriminação de gênero. A sociedade brasileira no seu processo de formação foi profundamente marcada pelo modelo patriarcal e autoritário, além disso, teve a influência da Igreja Católica e essas influências refletem diretamente na constituição dos modelos educacionais no país, dos quais as mulheres foram excluídas. Segundo Ribeiro (2000), na tradição cultural ibérica, transposta de Portugal para a colônia brasileira, a mulher era considerada um ser inferior, que não tinha necessidade de aprender a ler e a escrever. A educação era tutelada pela Igreja Católica reforçando o espírito medieval.

Somente no século XX, com a Revolução de 1930 é que essa situação começa a ser revertida. Nesse período surgem às primeiras medidas voltadas para a educação de massa e

com isso, o acesso das mulheres à escola começa a ser facilitado, contudo é só com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1961 que passa a ser garantido acesso igualitário ao ensino superior para as mulheres que cursavam o magistério, através da equivalência de todos os cursos de nível médio. (BELTRÃO; ALVES, 2004). Mas é com a constituição de 1988, e com a redemocratização do país que se percebe a incorporação de demandas sociais específicas na legislação. Assim, este é um momento singular para os grupos sociais e especificamente para o movimento feminista.

Nesse período, a discussão sobre a desigualdade de sexos na educação se restringia ao acesso igualitário entre meninas e meninos. Dessa maneira o conceito de gênero está fora de cogitação dentro dessa discussão, devido ao momento histórico de que estamos falando, já que nesse período o conceito ainda estava sendo introduzido no próprio movimento popular de mulheres. Foi nesse contexto, na década de 1990, que foram elaboradas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – PCN. Acreditamos que essa demarcação histórica seja importante para que possamos compreender a trajetória das mulheres no âmbito da educação formal.

3.1 ESCOLA ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO

De acordo com Louro (2000), a análise da identidade de gênero isolada de outras experiências pessoais é insuficiente para a compreensão das representações de poder ligadas intrinsecamente às construções das identidades. Para a autora, elas se constroem durante a vida do indivíduo, já sendo iniciado no seu nascimento, nas relações que são estabelecidas entre a criança e as pessoas com quem convive, sejam elas outras crianças, adolescentes ou adultos, e também entre a criança e os diversos objetos culturais aos quais tem acesso. Dessa forma, a escola é sem dúvidas um espaço propício para a construção das relações de gênero. Ainda para Louro (2007), as instituições são constituídas pelos gêneros e ao tempo em que elas fabricam sujeitos elas também são produzidas por representações de gênero.

Poderíamos dizer então que a escola é tanto feminina quanto masculina, pois transitam no seu interior muito mais do que homens e mulheres, transitam pessoas com todas suas complexidades de etnia, classe social, religião, orientação sexual, partidária, geracional dentre outras. Acontece que historicamente delimitaram quais os espaços seriam garantidos aos homens e quais seriam negados à mulher, dessa forma o homem foi ao longo do tempo constituído como o ser das esferas públicas e a mulher da esfera do privado. Para Louro (2007, p.89) “é possível argumentar que ainda que as agentes do ensino possam ser mulheres,

elas se ocupam de um universo marcadamente masculino”. Corroborando com Louro, Ferraz (2008) ressalta que

A oposição público (masculino) e privado (feminino) não dá conta da complexidade e das imbricações entre esses espaços como palcos de exercícios de práticas pedagógicas e de poder, tanto de mulheres, quanto de homens. Nesse sentido, as configurações teóricas construídas a partir dessas oposições muito rígidas impedem de se perceberem outras nuances (p. 14).

Para entendermos como se dá as relações de gênero no âmbito da educação, sendo a escola, inicialmente um espaço marcado pela presença masculina, precisamos entender que a escola é atravessada pelos gêneros. Não podemos pensar sobre a educação sem que antes nos debrucemos em reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para o propósito desta pesquisa, adotamos os pressupostos das abordagens qualitativas em pesquisa na educação, levando-se em consideração o conjunto destas e suas particularidades, como assim refletem Marconi e Lakatos (2004, p. 269)

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

A análise qualitativa, segundo Richardson (1999, p. 14) permite “estudar coisas em seu cenário natural, tentando compreender ou interpretar fenômenos em termos dos significados que as pessoas trazem para elas”.

Considerando estes aspectos e a própria complexidade do trabalho que envolve comportamentos humanos, optou-se como método de pesquisa, o estudo de caso por considerá-lo adequado à complexidade do fenômeno a ser estudado. Com base em Marconi e Lakatos (2004, p. 274), o estudo de caso refere-se ao “levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos. Entretanto, é limitado, pois se restringe ao caso que estuda, ou seja, um único caso, não podendo ser generalizado”. O caso aqui estudado foi o Assentamento Nova Canaã, no município de Pindobaçu - Bahia.

A opção pelo estudo de caso como nossa estratégia de pesquisa foi pelo fato de ele possibilitar a coleta de evidências por meio de diferentes fontes. Uma característica importante do estudo de caso é que ele reúne o maior número de informações, valendo-se de

diferentes técnicas de pesquisa, visando apreender uma determinada situação e descrever a complexidade do fenômeno estudado (BARROS, 2007).

Para a coleta das evidências fizemos uso de entrevistas individuais e grupais. Gaskell (2002, p. 73) sublinha que:

Toda pesquisa com entrevista é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas.

Nesse sentido, as entrevistas foram instrumentos valiosos utilizados não só para coletar dados necessários para análise do problema de pesquisa, mas serviram como uma troca riquíssima de experiências de vida e significados. Gaskell (2002) fala que no grupo focal:

O entrevistador, muitas vezes chamado de moderador, é o catalisador da interação social (comunicação) entre os participantes. O objetivo do grupo focal é estimular os participantes a falar e a reagir àquilo que outras pessoas no grupo dizem [...], o grupo focal é um ambiente mais natural e holístico em que os participantes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação de suas respostas e comentam suas próprias experiências e as dos outros (op. cit., p. 75-76).

No grupo focal priorizamos a participação dos membros da Comissão de Gênero do Assentamento, tendo por critério a assiduidade nas oficinas.

A pesquisa foi desenvolvida no Assentamento Nova Canaã. A luta pela posse da terra na então Fazenda Canaã tem seu início em 2002, com a organização de famílias sem terra militantes do Movimento CETA – Coordenação Estadual dos Assentados e Assentadas da Bahia. Em 2006 foi constituído o Assentamento Nova Canaã, com um total de 81 famílias assentadas, que vivem na sua maioria da agricultura familiar, além de desenvolverem atividades comerciais na sede do município e outras atividades econômicas tais como diaristas em roças de terceiros ou em casa de famílias. Os sujeitos da pesquisa foram os posseiros e as posseiras do Assentamento acima referido.

5. ENTRELAÇANDO VIVÊNCIAS NO ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ

A experiência dos movimentos feministas no mundo, e de maneira particular no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX, se apresenta a partir de perspectivas contraditórias ao

provocar uma ruptura no modelo de pensamento que é legitimado por princípios meramente biológicos para justificar as desigualdades entre homens e mulheres. Além de expressar a forte resistência das mulheres, o movimento feminista, também tece veementemente uma crítica à lógica patriarcal em que foram fundadas as sociedades ocidentais.

Foi nesse contexto de luta e resistência em todas as partes do mundo que as mulheres se organizaram política e socialmente articulando os movimentos de mulheres e os movimentos feministas. Ao longo da história esses movimentos continuam sendo cenário de lutas, conquistas, resistências e avanços contribuindo significativamente na construção de modelos sociais e culturais mais igualitários tanto na esfera pública quanto privada.

Para os Movimentos Sociais que pautam sua militância na luta pela justa distribuição da terra, essa é considerada uma luta da família, o que inclui homens, mulheres e crianças. E essa lógica muda a percepção que se tinha até recentemente da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que frequentemente incentivava a participação dos homens nos sindicatos, enquanto as mulheres ficavam em casa, cuidando do lar e dos filhos. Nos movimentos sociais, dentre eles o CETA, desde a sua constituição, através do seu regimento, incentiva a participação das mulheres, evidenciando assim a necessidades de construir novas relações de gênero.

Nos movimentos de luta pela terra todo o processo de ocupação até a garantia da conquista da terra pode ser considerado momentos fortes de mudança de postura. Aqui queremos chamar a atenção para dois desses momentos que consideramos etapas importantes no processo de conquista da terra e que mudam radicalmente o modelo das relações de gênero até então estabelecido.

5.1 GÊNERO CONSTRUÇÃO COTIDIANA

A pesquisa nos propiciou novos olhares sobre a questão de gênero, em especial. Toda fundamentação teórica obtida por meio de leituras e pesquisas foi confirmada na cotidianidade do Assentamento. Não há no Assentamento uma teoria comprovada por meio de pesquisas e estudos, o que existe é a vivência dessas relações num processo contínuo e constante. De acordo uma posseira informante, gênero *“É uma construção social.”*. Acrescentou que as desigualdades, tão evidenciadas entre homens e mulheres, na atual sociedade é consequência de um longo processo de subordinação e dominação legitimado por meio de um modelo social que constituiu o sexo masculino como o “natural” colocando-o no centro da tomada de decisões. Esse modelo foi e ainda é considerado como o verdadeiro e

qualquer outra possibilidade de organização social entre os gêneros será uma transgressão, isso porque *“essas desigualdades vieram sendo construídas desde o tempo das comunidades primitivas, sendo repassada de uma geração para outra”*, afirmou ela.

Nas vivências do Assentamento é perceptível que gênero não diz respeito apenas às mulheres, mas também aos homens e por isso extrapolam as dimensões ligadas às questões do masculino e feminino. Para uma outra posseira informante, gênero *“É um conceito de igualdade entre ambas as partes, homem e mulher, rico e pobre, brancos e negro, velhos e velhas e jovens e crianças. Diz respeito as relações sociais dos seres humanos”*. Nesse sentido Beauvoir (1949), afirma que o fato de nos dizermos homens ou mulheres já é em si construção social, nessa perspectiva ela vai dizer que nascemos humanos, o que nos torna masculino ou feminino é exatamente o processo histórico e suas nuances sociais e culturais.

Percebemos que a discussão de gênero no âmbito dos movimentos sociais, não se limita meramente às questões relacionadas ao sexo, mas tenta abarcar todas as questões inerentes ao ser humano na sua complexidade. Ao ampliar o campo conceitual das relações de gênero, o que o CETA se propõe na verdade é avançar um pouco mais, trazendo para o debate as relações sociais de poder, tais como etnia, geração, orientação sexual dentre outras. De acordo com outra posseira informante as *“relações sociais de gênero é aquela relação que existe não só entre homens e mulheres, que a gente sabe que tem a criança tem o adolescente o idoso, tudo isso envolve relações de gênero. Essa relação que vem sendo construída ao longo do tempo que agora a gente está tentando mudar. As mulheres estão aí na luta pra ver se consegue conquistar seu espaço, porque a mulher percebeu que não dava pra continuar do jeito que estava então foi à luta”*.

Os teóricos e as teóricas de gênero encontram no movimento feminista e de mulheres sua primeira fonte, é aí que estudiosos/as vão buscar sanar suas primeiras inquietações ao tempo em que buscam suscitar outras tantas. Nessa perspectiva entendemos que é necessário que aja uma ruptura com a ideia de que o masculino e o feminino se constroem na dominação de um sexo sobre o outro. É nessa perspectiva que os estudos recentes apontam que a categoria gênero é uma categoria de análise histórica.

A discussão de gênero deve abarcar a totalidade das relações humanas em todas as suas nuances e não se restringir a apenas um dos sexos e ao se afirmar a necessidade de pensar as relações de gênero na sua complexidade supõe trazer para a análise às questões de ordem étnicas, geracionais, de orientação sexual dentre outras.

5.2 VIVENCIANDO RELAÇÕES DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO

Nos Movimentos Sociais, historicamente, há toda uma preocupação com as questões de gênero. Normalmente é formada uma comissão que irá deliberar questões relacionadas a essa temática, sendo responsabilidade dessa comissão proporcionar momentos de formação e reflexão acerca do assunto, além de motivar e incentivar políticas de equidade e ações cotidianas que favoreçam relações de igualdade social. No Estatuto da Associação dos Assentados e Assentadas do Projeto de Assentamento Nova Canaã, na seção IV, que diz respeito às comissão, no Art. 36º lê-se:

As comissões de **Gênero** (grifo nosso), Jovens, Produção/Comercialização, Finanças, Formação/Educação, Meio Ambiente, Ocupação, Esporte e Lazer e outras que vierem surgir por necessidade do assentamento, serão de caráter permanente, composta de, no mínimo 03 (três) membros cada, escolhidos em sua assembleia específica.

Dessa maneira constata-se que nos primeiros sinais de organização do Assentamento já havia uma preocupação com a questão de gênero. Essa preocupação fica evidente na fala de uma Posseira informante ao dizer que: *“A gente (se referindo aos assentados e às assentadas) já vem trabalhando há muito tempo, desde o início da fundação do assentamento, a gente vem trabalhando essa questão de gênero para que homens e mulheres tenham consciência do seu papel”*.

O Art. 38º do Estatuto diz respeito às atribuições da comissão de gênero, sendo elas:

I - Compor e participar da coordenação colegiada; II - Procurar resolver os problemas das companheiras em Assembleia das mesmas; III - Organizar as companheiras nos trabalhos coletivos; IV - Buscar autonomia financeira; V - Conscientizar as companheiras da necessidade e importância de se associarem na Associação do Projeto de Assentamento; VI - Participar das Assembleias ou outras atividades do Assentamento e do Movimento, bem como motivar as demais companheiras assim fazerem; VII - Levar sempre a questão de gênero em pauta de discussão da área.

É curioso notar que todo o texto diz respeito apenas às mulheres, referindo-se apenas às companheiras. Em momento algum se contempla a participação dos homens, tanto na comissão quanto nas assembleias do coletivo, o que deixa transparecer que as questões de gênero é algo pertinente apenas às mulheres, ainda que se considere a importância da temática nos espaços formativos do Assentamento. Sobre isso um Posseiro informante comenta que: *“É importante sim, por que a gente sabe que aqui na comunidade se a gente deixasse, por exemplo, só para os homens tocarem a situação ficaria complicada, porque a mulher é*

importante tem o seu papel aqui na comunidade, eu acho importante sim essa discussão porque, vem trazer a mulher para a luta.

Em alguns momentos fica evidente que não há uma participação efetiva das mulheres nas decisões do Assentamento, competindo a ela a esfera do privado e aos homens a esfera do público. As mulheres, em sua maioria, ficam em casa, cuidando dos afazeres domésticos e do cuidado dos filhos, atividades que segundo Scott (1990), dizem respeito ao universo do privado. Aos homens compete participar das assembleias e dos momentos de tomadas de decisão. De acordo com uma das nossas informantes “*Nem todas participam, não sei por que, são poucas que tem mais interesse, no início quando começou mesmo, era muitas mulheres que participava, mas hoje tem muitas mulheres que pensam no interesse particular e não pensa no todo*”.

É unânime entre os posseiros e as posseiras a importância dessa temática para que aja uma convivência baseada no respeito ao diferente, mas também reconhecem que na prática as coisas acontecem de maneira bem diferente, mesmo reconhecendo seu valor. De acordo com outro Posseiro informante da coordenação do Assentamento, sempre há participação de mulheres, vale esclarecer que a coordenação é constituída pelo coordenador ou coordenadora de cada comissão eleito/a nas assembleias das próprias comissões e validada pela assembleia geral: “*Porque sempre que se elege uma coordenação, sempre tem mulheres. Normalmente é educação e gênero*”. Nota-se que mesmo com a participação das mulheres é garantida em determinados espaços, na coordenação, por exemplo, elas garantem participação efetiva através do coletivo de gênero e de educação, espaços considerados femininos, podendo ser classificados ainda como atividades de caráter feminino.

5.3 EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO EM NOVA CANAÃ

No Assentamento os processos educativos acontecem a todo o momento, sendo assim, todos os espaços da área são considerados como espaços de formação. Percebemos esse fato na forma como se dá a organização partindo dos espaços privados/domésticos até o espaço público/comunitário. Para quem chega de outros espaços é necessário aprender a desacelerar e entrar num outro ritmo, numa dinâmica diferente e nem por isso menos produtiva. Num espaço diferente do seu espaço habitual e corriqueiro é sempre um espaço propício à aprendizagem. Isso fica evidente na fala de um Assentado ao dizer que, “*A formação no Assentamento acontece todo dia, toda hora, em casa, na roça, na família, com o vizinho, mas de vez em quando é bom ter uma formação mais forte, é o caso dos cursos que a*

gente faz no Movimento”. De acordo com outra Assentada a *“Formação é tudo pra gente, é na formação que a gente conhece nossos direitos e luta por eles. No assentamento um lugar próprio de formação são as assembleias e a escola, que é muito importante para a formação dos nossos filhos”*.

A formação perpassa todos os espaços do Assentamento, contudo, existe microespaços, dentro do espaço macro, que são legitimados pelos posseiros e pelas posseiras como espaços específicos de formação. Dentre eles podemos destacar as assembleias mensais, reuniões dos coletivos, mística semanal, formação do movimento CETA, considerados como formação não escolar e a própria escola.

A escola é considerada um o espaço de educação formal, ou como nos afirma Gohn (2010) a escola é um espaço de educação escolar, já que outros espaços não escolares podem ser considerados espaços de educação formal. Nesse sentido, entendemos que é na escola, por meio dos processos educativos que as relações de poder ganham visibilidade e forma, podendo se expressar de maneira mais evidente, nas suas mais variadas facetas, tanto na forma como as atividades e brincadeiras são atribuídas, como na maneira que o livro didático aborda assuntos relacionados a essa temática.

A escola se configura num espaço rico de socialização e construção do conhecimento. Sendo ainda um espaço de troca de experiências e constituição dos saberes, além de ser um espaço de legitimação do poder estabelecido, tal ou qual ele se apresenta, mas também pode e deve ser um espaço de inquietações onde as relações sejam resignificadas. Assim a escola se apresenta como um espaço permanente de construção. De acordo com uma Posseira informante, a escola é a base da formação no Assentamento: *“A escola é muito importante pra nós. É lá que nossos filhos aprendem a ler, a escrever, mas não é só isso, eles também aprendem a se relacionar com os outros e com a natureza”*. Outra posseira, afirma que: *“Na escola a gente procura trabalhar com questões pra vida inteira, como respeito ao outro, à natureza, que homens e mulheres têm os mesmo direitos, então já vai mudando na cabeça deles.”*

Constatamos assim, que a educação no Assentamento está associada a um processo contínuo de formação. Ela não acontece de forma estanque, ao contrário está intimamente ligada ao fazer cotidiano. A educação escolar do Assentamento tem como base uma formação que contemple o homem e a mulher na sua complexidade.

6 CONCLUSÕES PRELIMINARES: EQUIDADE DE GÊNERO, UM DESAFIO CONTÍNUO

As análises feitas aqui não são estanques, prontas e acabadas, mas estão em processo de construção e por isso mesmo vulneráveis a mudanças, afinal elas procuram, mesmo não querendo ser absoluta, dar respostas à organização de homens e mulheres e esses estão inseridos dentro de um processo que se encontra em constante mudança.

Se num primeiro momento a reflexão de gênero no movimento tinha por ponto de partida e de chegada as experiências das companheiras e dos companheiros, hoje as experiências são utilizadas como ponto de partida, permitindo que se busquem em outras fontes, na literatura, na arte, na poesia, no cinema, na academia e nas teorias, experiências que ajudem a pensar a própria prática. Com isso, constata-se que há no movimento uma reflexão mais amadurecida sobre a temática.

Há por parte do movimento uma preocupação em legitimar essa discussão. Preocupação que pode ser constatada nos estatutos e regimentos. No fazer cotidiano do Assentamento novas posturas precisam ser consideradas. Percebe-se ainda nas relações do Assentamento, mesmo que velado, um modelo patriarcal, onde a mulher é submissa ao homem, ainda que se tenha consciência de que esse modelo não corresponde com as expectativas de vivências no Assentamento.

Outra imagem forte é a concepção de que a mulher além de trabalhar no espaço público, fora de casa, precisa cuidar sozinha do espaço privado, sem que o companheiro a ajude. Foi desconcertante, por parte dos homens, perceber que os mesmos só fazem alguma atividade doméstica de vez em quando, como se essas não precisassem ser feitas todos os dias. Por outro lado constatou-se que em algumas famílias há uma participação efetiva de homens nas atividades privadas, prevalecendo a equidade entre homens e mulheres nos fazeres domésticos e da roça, ainda que isso seja algo incipiente.

Os modelos sociais definidos e cristalizados, historicamente, como uma ordem natural, nos quais as mulheres eram consideradas os “*outros*”, vem nos indicando que os mesmos por si só não se sustentam mais. Há um emergir social, cultural e econômico sinalizando a necessidade de novos modelos, sem que sejam necessários cristaliza-los. Nesse emergir há que se considerar a constituição do ser homem e do ser mulher na sua dinamicidade, que se constituem gradualmente num torna-se constante, ainda que Movimentos e Instituições estabeleçam novas práticas de relações de gênero de nada adianta se no fazer cotidiano elas não forem vivenciadas.

Percebemos, então, que a formação acerca da temática de gênero é um dos principais e necessários fatores para garantir, com maior precisão, as mudanças tão almejadas pelo Movimento. É notável, por meio das entrevistas e das observações dos comportamentos cotidianos, a apropriação que seus sujeitos fizeram das proposições teóricas contidas nas linhas políticas de gênero do Assentamento e da educação, como uma nova perspectiva de esperança de libertação. Esta constatação nos leva a concluir que, apesar das dificuldades, os assentados e as assentadas poderão contribuir, efetivamente, para a implementação da prática das linhas de gênero no Movimento. Essa assimilação da teoria já é um ponto positivo, embora seja insuficiente, para a luta de classes, para a luta pela terra, para a luta ao direito à educação do e no campo e de igualdade de gênero. Precisamos que homens e mulheres, de posse da teoria, edifiquem ações de mudança. Necessitamos, ainda, que esses novos sujeitos sociais sejam capazes de realizar os protagonismos históricos necessários à construção de uma nova sociedade mais justa para todos os seres humanos.

Não temos receitas prontas ou caminhos definidos, o que temos é a constatação de que como está não podemos continuar e as trilhas a serem percorridas requerem a contribuição de homens e mulheres, militantes e pesquisadores/as da diversidade, presentes nos movimentos sociais, nas universidades, ONG's e nas escolas, nas práticas educativas cotidianas.

REFERÊNCIAS

BARROS, Edonilce da R. Barros. *Arranjos socioprodutivos da agricultura familiar e adaptação a uma dinâmica territorial de desenvolvimento*. 2007. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução: Sérgio Milliet. Vol.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BELTRÃO, K.I; ALVES, J.E.D. A rever são do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. ABEP, 2004. Disponível em <http://www.metas2015.unb.br/Documentos/Educacao%20Universal/Reversao%20do%20hiato%20de%20genero%20na%20educacao.pdf>.

BOGO, A. (1999). *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras.

CAMURÇA, Sílvia. A Política como questão: revisando Joan Scott e articulando alguns conceitos. In: *Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade*. ÁVILA, Maria Betânia (org.). Recife: SOS Corpo, 2001.

FERRAZ, Raimundo Cassiano. Gênero, masculinidade e docência: visões dos alunos de pedagogia. UFPB, João Pessoa – PB, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In.: *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Martin W. Bauer; George Gaskell (editores), tradução de Pedrinho A. Guareschi – Petrópolis, RJ: Vozes 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 4ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis – RJ: Vozes. 2007.

_____. Currículo, Gênero e Sexualidade. Portugal: Porto Editora 2000.

MALLMANN, Maria Izabel. O Ganchos da Década Perdida. Editora: Edipucrs, 2008

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. Feminino e Masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Recorde, 2010.

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – PCN, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=263&Itemid=253>.

RIBEIRO, Marlene. O camponês como sujeito/ objeto da História: elementos para uma teoria. III ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO. Anais... Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, Bahia, 2000.

RICHARDSON, J. R. Pesquisa Social. Métodos e Técnicas. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. 2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000100017&lang=pt>.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1998.

_____. História das mulheres. *In*: A Escrita da história: novas perspectivas: UNESP, São Paulo, 1998.